

APONTAMENTOS DAS ATUAIS POLÍTICAS PÚBLICAS RELATIVAS AO ENSINO PROFISSIONALIZANTE NO BRASIL

Notes on the current public policies for professional education in Brazil

Notas sobre las políticas públicas para la educación profesional actual en Brasil

JÚLIO PENNA FEDRE

Pontifícia Universidade Católica de Campinas
julio.penna@yahoo.com.br

ARTUR JOSÉ RENDA VITORINO

Pontifícia Universidade Católica de Campinas
arturvitorino@puc-campinas.edu.br

RESUMO Ao indagar, pela educação comparada, qual é a relação entre o mundo do trabalho e a educação, este artigo tem como objetivo expor e fazer breves comentários sobre a atual política pública para a educação profissional e tecnológica em vigor no Brasil. O ensino profissionalizante no Brasil tem sua trajetória marcada pela discriminação oriunda do período colonial, quando os ofícios manuais eram praticados por escravos, portanto, considerados inferiores. Defende-se que o atual Estado brasileiro busca apagar o estigma preconceituoso enraizado nesta modalidade de ensino, bem como responder à questão sobre o mundo do trabalho e a educação. Neste sentido, o mundo do trabalho é ideologicamente apresentado como um desafio à educação, especialmente quando se almeja deduzir e definir a forma do sistema educacional e seus métodos pedagógicos, bem como os conteúdos de ensino e estilos de avaliação a partir do princípio básico de gerar uma sociedade do conhecimento voltada para a economia do conhecimento.

Palavras-chave: EDUCAÇÃO; POLÍTICAS PÚBLICAS; EDUCAÇÃO PROFISSIONAL.

ABSTRACT When inquiring, through comparative education, what is the relationship between the labor world and education, this article aims to expose and make brief comments on the current public policy for vocational and technological education in force in Brazil. The vocational education in Brazil has its trajectory marked by discrimination arising from the colonial period, when manual services were practiced by slaves, therefore, considered inferior. It is argued that the current Brazilian State seeks to erase the biased stigma rooted

in this type of education, and approach the issue of the labor world and education. In this sense, the labor world is ideologically presented as a challenge to education, especially when it aims to infer and define the educational system and its teaching methods, as well as the educational contents and assessment styles based on the foundational principle of generating a knowledge society focused on the knowledge economy.

Keywords: EDUCATION; PUBLIC POLICIES; PROFESSIONAL EDUCATION.

RESUMEN Al indagar, a través de la educación comparada, sobre cuál es la relación entre el mundo del trabajo y la educación, este artículo tiene como objetivo exponer y hacer breves comentarios sobre la política pública actual para la educación profesional y tecnológica en vigor en Brasil. La formación profesional en Brasil tiene su trayectoria marcada por la discriminación derivada de la época colonial, cuando los oficios manuales eran practicados por los esclavos, por lo tanto, considerados inferiores. Se argumenta que el Estado brasileño actual busca borrar el estigma de prejuicios arraigados en este tipo de educación, y abordar la cuestión del mundo del trabajo y la educación. En este sentido, el mundo del trabajo es ideológicamente presentado como un desafío a la educación, sobre todo cuando se pretende inferir y definir la forma del sistema educativo y sus métodos de enseñanza así como los contenidos de enseñanza y estilos de evaluación desde el principio básico de la generación una sociedad del conocimiento centrada en la economía del conocimiento.

Palabras clave: EDUCACIÓN; POLÍTICAS PÚBLICAS; EDUCACIÓN PROFESIONAL.

INTRODUÇÃO

Assim como não é tão simples e direta a relação entre ciência e tecnologia, apesar de ela existir, ao perguntarmos qual é a relação entre o mundo do trabalho e a educação, a resposta também pressupõe aceitar determinados pontos iniciais. Para Robert Cowen (2012), e com o fim de encaminhar possíveis respostas a essa pergunta, convém, antes, concentrarmo-nos em torno dos seguintes pontos, tidos como pressupostos:

i) estratificação social e mobilidades sociais bloqueadas ou viabilizadas; e ii) adequação dos sistemas educacionais às bases sociais e epistêmicas de um certo tipo de sistema de produção. (COWEN, 2012, p. 607).

Uma vez aceitos tais pressupostos, para responder sobre qual é a relação entre o mundo do trabalho e a educação, imediatamente se desdobra a referida questão nos seguintes pontos cruciais e – por que não, dizer? – estratégicos. Quais sejam:

a) Pode a educação contribuir para o desenvolvimento econômico das sociedades? b) A aquisição de certos tipos de qualificação educacional aumenta, ao longo da vida, o rendimento individual? c) Que tipo de sistema educacional é exigido pelo sistema econômico? (COWEN, 2012, p. 607).

Caso seja por meio do estudo da educação comparada que se procure responder às três questões propostas, especialmente no caso do Brasil – e isto não significa que, de antemão, seja tomada alguma posição no sentido de dizer sobre as peculiaridades do Brasil, país de industrialização tardia em meio à sociabilidade moderna –, é consensual afirmar, hoje, que o baixo crescimento da atual economia brasileira deve-se, em larga medida, à sua baixa produtividade, especialmente à qualificação da mão de obra.

O último empurrão de crescimento da economia brasileira ocorreu entre os anos 2000 e 2010, porque foram incorporados, principalmente por razões demográficas, vastos contingentes de mão de obra ao mercado de trabalho e ao mercado de consumo, em um crescimento de dentro para fora; crescer, atualmente, somente ocorrerá com ganhos de escala e produtividade (SCHELLER, 2014, p. B2).

Assim, o Brasil tem a necessidade premente de mão de obra qualificada para atender às mais diversas áreas da economia. Tal qualificação necessita estar sintonizada com a complexidade tecnológica e superespecializada da economia global, pois os setores produtivos nacionais somente conseguirão crescer caso consigam elevar seus ganhos de escala e produtividade e, assim, tornarem-se competitivos como as economias maduras da Europa, Estados Unidos e países industrializados da Ásia. Caso contrário, a indústria nacional será, e vem sendo, engolida pela competição em nível global com esses países. Destaca-se que algumas áreas – ou nichos tecnológicos –, já foram ocupadas pela produção de outros países que saíram à frente e continuam à frente. Paralelamente, o Brasil ainda possui grande número de pessoas desempregadas, e uma grande quantidade delas fora do mercado de trabalho formal, mesmo que existam pessoas suficientes para ocupar as vagas abertas. E essas vagas não são preenchidas porque no mercado de trabalho não há trabalhadores com credenciais suficientes para ocuparem esses cargos (IPEA, 2013).

A situação torna-se crítica quando se faz necessário treinamento para aquisição dessas competências. Tal problema poderia ser diminuído com a formação continuada, inclusive em serviço, pela experiência adquirida ao longo do exercício profissional e pela redução das exigências iniciais para o posto de trabalho (IPEA, 2013). Quanto mais específica a área de formação exigida para o cargo, mais escassa é a oferta de mão de obra. Há algumas áreas, como as de tecnologia da informação ou engenharia da pesca, que exemplificam tal situação; outras (como turismo e hospitalidade) podem se desenvolver mais e oferecer um serviço de alto nível, paralelamente à qualificação e utilização de populações que vivem no entorno ou nas cidades/locais turísticos para ocupar cargos ligados às atividades turísticas, tendo em vista a riqueza natural e cultural do País, que pode ser mais bem aproveitada.

Visando à inserção de mais trabalhadores no mercado de trabalho formal e, paralelamente, contribuir para o desenvolvimento do País, diversas políticas públicas e reformas estão sendo feitas no ensino profissionalizante. Apesar de essas modalidades de ensino ainda estarem marcadas pelo preconceito, como consequência histórica do longo período da existência do trabalho compulsório no Brasil, no qual o trabalho manual era associado negativamente ao trabalho escravo (CUNHA, 2005; SANTOS, 2003), e embora essa forma reducionista do preconceito herdado de séculos de escravismo ainda permaneça como uma

sombra, para aqueles que associam o ensino técnico a um tipo de ensino inferior ao ensino propedêutico, o discurso atual das políticas públicas busca desfazer essa comparação simplista entre ensino técnico profissionalizante e formas de dominação própria de uma sociedade capitalista.

Preocupado apenas em sanar a escassez de mão de obra, carregando no caráter tecnicista, esse pensamento procede quando partimos do pressuposto de que diversas políticas adotadas antes da década de 2000 – e ao longo dos anos – voltaram-se para a ocupação imediata dos postos no setor produtivo, deixando de lado, muitas vezes, outros elementos característicos da formação por meio da educação. Outro agravante que alimenta o preconceito quanto ao ensino técnico mostra-se ao afirmar que esse tipo de ensino não é uma preocupação do mundo acadêmico brasileiro, pois é pequena a quantidade de pesquisas realizadas nas academias se comparadas a outras modalidades de ensino (CUNHA, 2000). Não por acaso, certamente a política de Estado e de governo buscará incentivar pesquisas acadêmicas voltadas a esse tipo de ensino, como veremos adiante.

Nesse sentido, este texto tem como objetivo expor e fazer breves comentários quanto à forma que o atual Estado brasileiro tem adotado, por meio de políticas públicas, para responder à questão sobre o mundo do trabalho e a educação; questão esta na qual o mundo do trabalho é ideologicamente apresentado como um desafio à educação, especialmente quando se almeja deduzir e definir a forma do sistema educacional e seus métodos pedagógicos, assim como conteúdos de ensino e estilos de avaliação, a partir do princípio básico de gerar uma sociedade do conhecimento voltada para a economia do conhecimento.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA EM VIGOR

No Brasil, os diversos tipos de educação profissional e tecnológica possuem as seguintes nomenclaturas: ensino médio e técnico é aquele que inclui a rede federal, estadual, municipal e privada e é praticado de forma concomitante ou não; o Sistema S, ao qual correspondem os serviços nacionais de aprendizagem e de serviço (Sesi, Senai, Sesc, Sebrae, Senat, Sest e Sescop)¹; universidades públicas e privadas; escolas e centros mantidos por sindicatos de trabalhadores; escolas ou fundações mantidas por grupos empresariais; organizações não governamentais de cunho religioso, comunitário e educacional e ensino profissional regular ou livre a distância (MANFREDI, 2002). A esta modalidade de ensino o governo federal atribui a possibilidade de colocação no mercado de trabalho, conforme comunica o *site* do Ministério da Educação (MEC, s.d.), ao destacar que, entre os anos de 2003 e 2007, 72% dos alunos egressos de cursos técnicos estavam empregados, paralelamente à elevação da renda do trabalhador.

Segundo o Censo da Educação Básica de 2012 (INEP, 2012), o País possuía 1.063.655 de alunos matriculados na educação profissional, divididos de acordo com o que mostra a Tabela 1 a seguir.

¹ Siglas: Senai – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial; Sesi – Serviço Social da Indústria; Senat – Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte; Sest – Serviço Social do Transporte; Sescop – Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (cooperativas prestadoras de serviços).

Tabela 1 - Matrícula de alunos no ensino profissionalizante no Brasil em 2012

Dependência administrativa	Número de alunos
Instituição federal	105.828
Instituição estadual	330.174
Instituição municipal	20.317
Instituição privada	607.336
Total	1.063.655

Fonte: Censo da Educação Básica, 2012

Esses números não incluem a educação profissionalizante concatenada com o ensino médio. Ressaltamos, ainda, outros números, segundo o Censo da Educação Básica de 2012: naquele ano, 737 alunos da educação especial estavam matriculados em classes especiais e escolas exclusivas profissionalizantes e outros 1.659 em classes comuns, denominados alunos incluídos. À guisa de ilustração, a Tabela 2 revela o número de estudantes matriculados apenas no ensino profissionalizante somados aqueles matriculados no ensino médio concomitantemente com o ensino profissionalizante:

Tabela 2 - A evolução do número de alunos matriculados no ensino profissionalizante integrado ao ensino médio no Brasil em 2012

Ano	Dependência Administrativa				
	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
2010	1.140.388	165.355	398.238	32.225	544.570
2011	1.250.900	189.988	447.463	32.310	581.139
2012	1.362.200	210.785	488.543	30.422	632.450

Fonte: Censo da Educação Básica, 2012

Quando somados aos alunos matriculados de forma integrada ao ensino médio, o número de alunos cursando a educação profissionalizante sobe de 1.063.655 para 1.362.200, em um crescente, ano a ano, como pode ser observado pelos dados da Tabela 2. Entretanto, a maioria desses alunos está matriculada em cursos independentes do ensino médio, tanto os denominados iniciais quanto os de continuidade ou requalificação. Extraindo a totalidade de alunos matriculados no ensino profissionalizante constantes na Tabela 2 (que inclui aqueles matriculados no ensino profissionalizante integrado ao médio) dos da Tabela 1 (que não inclui os alunos matriculados no ensino médio concatenado com o profissionalizante), conclui-se que, dos 1.362.200, apenas 298.545 estão cursando o ensino médio integrado ao profissionalizante, o que leva o governo a criar políticas e ações para alavancar esses números, como veremos adiante, com o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional (Proeja) e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec),

bem como promover que alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e dos programas de educação profissionalizante voltem a estudar e/ou dar continuidade aos estudos.

Outro dado relevante é a predominância de instituições privadas (cabe destacar que o Sistema S é privado), sublinhando a característica dos poderes públicos no Brasil, ao adotarem a escola como a única instância capaz de promover a instrução e a educação para todos. Assim, soluções oferecidas por organizações não governamentais, empresas, associações de bairro, instituições de ensino privadas, igrejas, associações de moradores etc. foram sempre incentivadas pelo governo, e a elas coube desempenhar o papel, também, de espaços educacionais, dando conta daquilo que o governo não conseguia suprir, como destaca um dos documentos aqui analisados – *Políticas públicas para a educação profissional e tecnológica: proposta em discussão* (MEC, 2004) –, ao referir-se ao predomínio de instituições privadas nessa modalidade de ensino: “a predominância das instituições privadas [...] confirmam um movimento de desresponsabilização das instâncias governamentais federal e estaduais no tocante à educação profissional e tecnológica de nível básico tecnológico”.

Contudo, como veremos adiante, é notório que o governo parece estar tentando mudar esse cenário ao criar políticas e ações voltadas para essa modalidade de ensino, atuando desde a infraestrutura para organização das escolas até o reconhecimento de saberes dos trabalhadores, ficando clara tal perspectiva, ao analisarmos a proposta em discussão para *Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica* (MEC, 2004), publicada pelo Ministério da Educação, em 2004, como um primeiro esforço para retificar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) – Lei nº 9.394 (BRASIL, 1996) –, reformada pelo Decreto nº 5.154 (BRASIL, 2004)², reforma esta, pois, que visa, primeiramente, à integração:

A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva. O aluno matriculado ou egresso do ensino fundamental, médio e superior, bem como o trabalhador em geral, jovem ou adulto, contará com a possibilidade de acesso à educação profissional. (BRASIL, 2004).

Adiante, o decreto nivela e classifica o ensino profissionalizante e sua área de atuação, de modo que os cursos e programas ficam divididos em: 1) aqueles de formação inicial e continuada de trabalhadores; 2) educação profissional técnica de nível médio; e 3) educação profissional e tecnológica de graduação e pós-graduação. Logo, Faria et al. (2008) concluem que a LDBEN estabelece diferentes estágios de educação profissional, que são:

o nível básico que é direcionado para indivíduos que possuam qualquer nível de instrução; o nível técnico que é direcionado para discentes que estão cursando o ensino médio ou para as pessoas que já possuem o ensino médio e o nível tecnológico que é voltado somente para as pessoas que já concluíram o ensino médio. (FARIA et al., 2008, p. 1).

² Esta Lei já havia sido ampliada anteriormente pelo Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997.

O Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 (PNE – 2011/2020) (BRASIL, 2011) destaca, em seu Artigo 2º, a formação para o trabalho e a promoção humanística, científica e tecnológica do País. A seguir, o documento apresenta metas e estratégias que devem ser tomadas pelos governos nos três níveis, dentre elas a meta nº 10: “Oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio” e a meta nº 11: “Duplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta” (PNE 2011/2020). Tais características, preocupadas com a formação humanística concatenada com a formação profissional, expostas nesse documento, já estavam sendo discutidas na década de 2000.

Dessa forma, a proposta em discussão para *Políticas públicas para a educação profissional e tecnológica* (BRASIL, 2004), publicada pelo Ministério da Educação, apresenta as metas e ações a serem traçadas visando ao fortalecimento dessa modalidade de ensino e expõe um discurso mais atual e preocupado com a cidadania e bem-estar do trabalhador, em equilíbrio com as mudanças tecnológicas e necessidades do País. Assim, “técnico não é simplesmente um fazedor de ações, cumpridor de ordens que acaba não raciocinando. Ele exerce a função tomando decisões, relacionando-se com seu superior, com seu colega e com seu subordinado, na execução de suas tarefas” (MEC, 2004, p. 8). Adiante, o documento explicita: “trata-se de um ser reflexivo e crítico que possui funções instrumentais e intelectuais, dependendo da ação a ser tomada” (MEC, 2004, p. 8), e tais proposições pactuam com o atual momento, pois “os valores humanos, hoje, mais do que nunca, estão sendo proclamados, necessários e desdobrados num sentido ético, de modo a levar este homem, que vivencia e processa a tecnologia de seu tempo, a ter uma visão maior desse contexto” (GRINSPUN, 2001, p. 28).

Considerando tal posicionamento do governo, alguns princípios foram enunciados pelo documento supracitado, pelos quais a educação profissional deve comprometer-se com a redução das desigualdades sociais, assumir que o desenvolvimento econômico é fundamental, incorporar a educação básica (fundamental e média) como um direito garantido e comprometer-se com uma escola pública de qualidade (MEC, 2004). Doravante, o documento enumera os pressupostos específicos que deverão fundamentar os programas e ações da educação profissional: articular a educação profissional e tecnológica com a educação básica; integrar a educação profissional e tecnológica ao mundo do trabalho; promover a interação da educação profissional e tecnológica com outras políticas públicas (educacionais ou não); recuperar o poder normativo da LDB (art. 22, 35, 36 e 39 a 42); proceder à reestruturação do sistema público de ensino médio e técnico e da educação profissional e tecnológica; e, finalmente, comprometer-se com a formação e valorização dos profissionais de educação profissional e tecnológica (MEC, 2004).

Portanto, é importante a interlocução entre as formas de tecnologia, o conhecimento e a sociedade, que afetam diretamente o trabalhador e a comunidade como um todo. Logo:

Impõe-se um novo princípio educativo que busque progressivamente afastar-se da separação entre as funções intelectuais e as técnicas com vistas a estruturar uma formação que contemple ciência, tecnologia e trabalho, bem como atividades intelectuais e instrumentais. (MEC, 2004, p. 8).

Finalmente, o governo afirma que “a educação profissional e tecnológica não é suficiente, levantando a hipótese de que o próprio capital moderno reconhece a necessidade de os trabalhadores terem acesso à cultura de todas as formas e esta estaria na educação básica” (MEC, 2004, p. 8).

Assim, esse documento, do ano de 2004, visa traçar as novas metas e parâmetros para essa modalidade de ensino, que é calcada no paradigma intelectual x instrumental. Para poder somar os dois, a escola tem de somar os conhecimentos técnico-científicos àqueles sócio-históricos por meio da articulação entre os sistemas de ensino e também com outros órgãos do Estado, como o Ministério do Trabalho ou o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

À luz de tais afirmativas, o governo estabelece, nesse mesmo documento, ações que deveriam ser tomadas em diversas frentes. Primeiramente, pontua que se deve considerar a educação profissional e tecnológica como uma política pública, desde sua concepção até seu acompanhamento, interagindo esta modalidade com a educação básica; outro ponto é a articulação dos diversos níveis educacionais e esferas governamentais: as três dependências administrativas – federal, estadual e municipal – devem estar atreladas aos interesses dos educandos, bem como parcerias devem ser feitas entre os diversos ministérios, destacando os da Educação, da Ciência e Tecnologia, do Trabalho e Emprego e, mais recentemente, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MEC, 2004). O documento estabelece como ação, ainda, a organização da educação profissional e tecnológica, o que consistiria em um subsistema balizado pelos princípios da LDB, com flexibilidade e autonomia para as instituições, e as dependências administrativas buscando valorizar os saberes dos trabalhadores.

O documento segue determinando como ação o aumento do investimento nas escolas técnicas e a construção de novas, especialmente em áreas que carecem de tais instituições. A formação dos docentes também consta entre as ações propostas nesse documento, destacando-se aqui uma delas, aquela que apoia e incentiva a criação de linhas de pesquisa nos programas de pós-graduação das instituições voltadas para o ensino profissionalizante e técnico. Outro ponto tocante é aquele que diz respeito ao reconhecimento dos saberes dos trabalhadores adquiridos em seus locais de trabalho e durante o desempenho de suas atividades ao longo da vida, e, para isso, deveriam ser criadas políticas de certificação desses conhecimentos. A gestão democrática também foi apontada nesse documento como um ponto para a organização desse sistema de ensino, bem como para a inclusão no atendimento de pessoas dos mais diversos segmentos da sociedade.

A avaliação e a divulgação de informações foram igualmente mencionadas nessa proposta em discussão, bem como ações voltadas para a educação de jovens e adultos e a continuidade dos estudos dessa população. Uma dessas ações seria a matrícula conjunta nas duas modalidades de ensino. Dessa forma, ao analisar esse documento, depara-se com uma forma de pensar a educação profissional atenta às mudanças sociais e também aos novos parâmetros de comportamento, tanto empresarial quanto da sociedade; um pensamento mais voltado ao bem-estar das pessoas e à prática da cidadania, tendo como pano de fundo a questão da inclusão social e o respeito à diversidade.

Feitas essas considerações, atualmente, observamos que a educação profissional (básica, média e superior) é dividida, no Brasil, em eixos tecnológicos que organizam e sistematizam os cursos profissionalizantes alocados dentro de suas respectivas áreas do conhecimento e natureza das profissões, de modo que estão dispostos da seguinte forma, de acordo com o *site* do Ministério da Educação (MEC, s.d.): ambiente, saúde e segurança; controle e processos industriais; desenvolvimento social e educacional; gestão de negócios; informação e comunicação; infraestrutura; militar; produção alimentícia; produção cultural e *design*; recursos naturais; segurança e turismo, hospitalidade e lazer.

Hoje, todas as modalidades de ensino profissionalizante já aqui explicitadas estão em vigência, coordenadas por políticas e programas governamentais para a educação profissionalizante, com destaque para aquelas que visam à educação inicial e continuada dos trabalhadores, e levam em consideração o fato de que, de acordo com o *Ofício circular nº 62/2011* (MEC, 2011), existem 24,8 milhões de trabalhadores que procuram emprego no Brasil e, destes, 22% estão sem qualificação profissional.

Detecta-se aqui que no ano de 2004, o Ministério da Educação publica a proposta em discussão para a política pública em educação profissional e tecnológica, pela qual, como já foi explicitado anteriormente, é clara a posição do governo ante essa modalidade de educação. A proposta começa a ser delimitada afirmando a inter-relação entre o sistema educativo e outros sistemas sociais. A atualização da economia deve levar em consideração a modernização, partindo do ponto de vista do desenvolvimento social e, nesse sentido, passar a considerar e intervir no sistema educativo (MEC, 2004).

O esforço, agora, é aquele que tem em vista o desenvolvimento humano e social, atrelado ao desenvolvimento econômico da nação. Logo,

a educação profissional e tecnológica tem de ter, necessariamente, a intencionalidade estratégica do desenvolvimento, recusando, pois, reduzir o seu alcance à mera adaptação da formação escolar e paraescolar à necessidade dos empregadores, das forças vivas, do mercado de trabalho, sempre imprecisamente esboçadas, o que vem a ser, em regra, definido em função do estado conjuntural de diversas relações de força. (MEC, 2004).

A educação profissional e tecnológica, portanto, deve estar travestida de elemento estratégico para a construção da cidadania e para uma melhor inserção de jovens e trabalhadores na sociedade atual, marcada por avanços tecnológicos muitas vezes determinantes para as nações, sem descartar sua contribuição às estratégias desenvolvimentistas do País. A mudança do ângulo de visão para essa modalidade de ensino pode ser compreendida, também, a partir do momento em que o discurso ganha novas formas. Essa modalidade não deve mais ser vista apenas como um meio de treinar as pessoas para ocupar postos de trabalho instrumentais; ela ganha mais amplitude quando deixa de ser vista de modo reducionista e passa a ser compreendida como um processo de construção social do trabalhador, qualificando-o e educando-o em “bases científicas, bem como ético-políticas, para compreender a tecnologia como produção do ser social, que estabelece relações sócio-históricas e culturais de poder” (MEC, 2004, p. 7).

Além de alinhar o ensino profissionalizante com as novas tendências humanitárias e tecnológicas, as ações visam apagar, de certa forma, o passado de preconceito que carrega consigo, herdado da escravidão e do período pós-abolição (CUNHA, 2000). São, ao todo, oito programas e ações em funcionamento, mantidos pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec), que visam promover as mudanças, com as quais o governo se compromete tendo em vista essa modalidade de ensino para 2013, conforme o *site* do MEC (s.d.).

Programa Mulheres Mil: tem como fundamento a política social e a inclusão de gênero. É direcionado para mulheres em situação de vulnerabilidade social, tendo em vista seu encaminhamento ao ensino profissionalizante, visando à melhoria de renda por meio do acesso ao emprego. O programa Mulheres Mil está articulado com o Programa Brasil Sem Miséria do Governo Federal. Foi implantado, inicialmente, nas regiões Norte e Nordeste do País, consideradas as mais pobres e com mais indivíduos em situação de vulnerabilidade social. O programa teve início em 2007, com cursos profissionalizantes em áreas como turismo e hospitalidade, gastronomia, artesanato, confecção e processamento de alimentos, justamente setores fortes, porém pouco explorados, dessas localidades do País.

Pronatec: criado em 2011, com o intuito de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio e cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional presencial e a distância. A missão também é a de expandir o número de escolas de ensino profissionalizante pelo País, com a construção de mais unidades. Os cursos são voltados a jovens e adolescentes que estão no ensino médio, a trabalhadores que já concluíram seus estudos e também a beneficiários de programas federais de transferência de renda. Os cursos são ministrados nas escolas que compõem a rede federal e, também, nas escolas profissionalizantes e técnicas estaduais e municipais, envolvendo um acordo com as escolas particulares do Sistema S para gratuidade dos cursos aos estudantes e trabalhadores.

Rede Certific: trata-se de um programa de certificação de saberes adquiridos ao longo da vida, durante o exercício profissional. Os trabalhadores terão seu conhecimento reconhecido pelo governo, o que garantirá a emissão de um certificado desses saberes. Aqueles trabalhadores constantes como analfabetos ou com apenas o ensino fundamental serão encaminhados à escola com o intuito de alfabetizarem-se e darem continuidade a seus estudos. Atualmente, apenas os saberes relacionados a algumas profissões estão sendo reconhecidos, porém, de acordo com o *site* do MEC, na página do programa, pode-se solicitar que outras profissões tenham seus saberes reconhecidos.

Programa de Expansão da Rede Federal: este programa trata especificamente da construção de novos prédios para abrigar as escolas profissionalizantes e técnicas.

Programa Brasil Profissionalizado – Rede e-Tec Brasil: é destinado ao ensino profissionalizante a distância; seus cursos são ministrados por instituições públicas em regime de colaboração entre os governos federal, estaduais e municipais. Ao MEC cabe a assistência financeira e a elaboração dos cursos.

Proeja: uma ação do MEC/Setec que visa articular a educação profissional à educação básica, com o objetivo de superar o analfabetismo e, ao mesmo tempo, capacitar e qualificar trabalhadores.

Curso Técnico de Formação para os Funcionários da Educação (Profucionário): visa à formação dos funcionários de escolas que estejam em efetivo exercício nas áreas em que atuam.

Paralelamente aos programas mencionados, o governo promove premiações e outras iniciativas, além de elaborar diretrizes para a educação profissionalizante, visando fortalecer essa modalidade e balizar questões como desemprego e empregabilidade, formação do trabalhador e domínio de novas tecnologias, contemplando, não apenas as disciplinas instrumentais, mas também aquelas matérias próprias do ensino propedêutico, a qualificação para o mercado de trabalho, e qualificando as exigências e complexidades pertinentes ao desenvolvimento do País (GRINSPUN, 2001). A capacitação da sociedade que vai manipular as novas tecnologias e criar outras passa a ser, então, ponto fundamental das políticas governamentais, como salienta o Documento Base do Proeja:

O que se aspira é uma formação que permita mudança de vida por parte do aluno; a compreensão das relações que se estabelecem no mundo do qual ele faz parte; a ampliação de sua leitura de mundo e a participação efetiva nos processos sociais. Enfim, uma formação plena. Para tanto, o caminho escolhido é o da formação profissional aliada à escolarização, tendo como princípio norteador a formação integral. (MEC, 2007).

Portanto, observa-se que a solução para unir o aprendizado das funções manuais às intelectuais por meio da educação é a formação inicial ou continuada, integrada e subsequente ao ensino fundamental ou médio, como nos casos do Proeja e Pronatec. Para os que não têm estudo algum, ou apenas o ensino fundamental, seja ele parcial ou completo, há possibilidade de ingressar na escola e dar continuidade aos seus estudos pela Rede Certific. Finalmente, em outros casos, como o do Programa Mulheres Mil, a educação tem caráter paliativo, visando tirar os indivíduos da linha de pobreza extrema, miséria e situação de vulnerabilidade, por meio de qualificação profissional imediata.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em todos os programas expostos, a proposta é a mesma, tal qual o discurso: aliar cidadania, direitos sociais e educação à consequente inserção do aluno trabalhador no mercado de trabalho, melhora na geração de recursos e desvinculação de programas de transferência de renda, assim como atender, ao mesmo tempo, às exigências capitais atuais, ou seja, atender às demandas por profissionais em diversas áreas, no sentido de incrementar o desenvolvimento social do País. No que se refere ao estigma dos cursos profissionalizantes, em muitos dos textos de apresentação dos programas no *site* do MEC fica clara outra preocupação, que diz respeito ao tipo de formação que se quer do trabalhador ou estudante, conforme excerto a seguir, extraído da página do Proeja no *site* do MEC:

o PROEJA tem como perspectiva a proposta de integração da educação profissional à educação básica buscando a superação da dualidade trabalho manual e

intelectual, assumindo o trabalho na sua perspectiva criadora e não alienante. Isto impõe a construção de respostas para diversos desafios, tais como, o da formação do profissional, da organização curricular integrada, da utilização de metodologias e mecanismos de assistência que favoreçam a permanência e a aprendizagem do estudante, da falta de infraestrutura para oferta dos cursos dentre outros. (MEC, 2013).

Muitas vezes as profissões já são classificadas como mecânicas e indutivas sem que tenham sido avaliadas ou pesquisadas, porém a nós não cabe verificar se tal informação procede, pois são inúmeros os ofícios, e cada indivíduo tem um jeito diferente de realizá-lo, tendo em vista que alguns podem agir apenas de forma mecânica e indutiva e outros, utilizando do intelecto na mesma atividade. Em vista disso, as novas políticas para a educação profissional, aqui relatadas de forma sucinta, visam não apenas apagar o estigma dos ofícios manuais como atividades e saberes inferiores àquelas atividades e conhecimentos tidos como intelectuais. Pode-se observar isto na Rede Certific, que visa valorar os saberes dos trabalhadores adquiridos durante o exercício de sua profissão, seja como pescador ou eletricista, profissões estas muitas vezes consideradas menores, e também mudar a concepção que o ensino técnico tem no País, qual seja, uma instituição preocupada apenas com a ocupação das vagas na indústria, sem pensar no bem-estar social do trabalhador, muitas vezes assim classificado injustamente, e outras, assim apontado sem estudo mais profundo.

Agora a intenção é a completa formação do educando. Por isso vigem propostas objetivando, ora integrar o ensino médio ao profissionalizante, ora, por meio do profissionalizante, levar o educando a prosseguir seus estudos e, ainda, estimular aqueles que não têm estudo algum, ou são semianalfabetos, a voltar para a escola. Ao trabalhador cabe o conhecimento instrumental e técnico da profissão e ramo em que atua e, também, o conhecimento cultural geral, no sentido de que sua atuação no mercado de trabalho seja consciente e pontual.

Resta saber se as medidas e metas traçadas surtirão efeito em todos os âmbitos aos quais elas se propõem, lembrando que os números mais recentes do governo, explicitados na Tabela 1 aqui apresentada, englobam o total de alunos no ensino profissional. Quando se propõem distinguir quando ele está, ou não, articulado ao ensino propedêutico, não existem números atuais pontuando e quantificando cada uma das modalidades de ensino profissionalizante vigentes no País. Essas medidas governamentais têm como meta atingir os seguintes pontos: equilibrar as bruscas e velozes transformações tecnológicas e todo o conhecimento gerado com elas; permitir a entrada e permanência no competitivo mercado de trabalho de forma humanística; e contribuir, não apenas para a formação, cidadania, aumento de renda e qualidade de vida do trabalhador, mas, também, para o efetivo desenvolvimento da economia do País.

Encerramos com uma pergunta: a educação básica daria conta de formar humanisticamente os alunos para atenderem às metas governamentais, assim como a educação profissionalizante corresponderia à qualificação de estudantes para o mercado de trabalho, mesmo levando em consideração os elevados números de empregabilidade dos egressos dessa modalidade?

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 30 ago. de 2013.

BRASIL. Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] república Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 26 jul. 2004. Disponível em <<http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/23/2004/5154.htm>>. Acesso em: 30 ago. de 2013.

BRASIL. **Projeto de Lei do Plano Nacional de Educação (PNE 2011/2020)**: projeto em tramitação no Congresso Nacional /PL nº 8.035 / 2010 / organização: Márcia Abreu e Marcos Cordioli. Brasília: Câmara dos Deputados, 2011. (Série Ação Parlamentar; n. 436).

COWEN, R. Introdução editorial: industrialização, sociedades do conhecimento e educação. In: COWEN, R.; KAZAMIAS, A. M.; ULTERHALTER, E. (Orgs.). **Educação comparada: panorama internacional e perspectivas**. Brasília: Unesco/Capes, 2012. v. 1.

CUNHA, L. A. O ensino industrial-manufatureiro no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 89-107, mai.-ago. 2000.

CUNHA, L. A. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata**. São Paulo: Unesp, 2005.

FARIA, L. C. M. et al. Uma reflexão sobre o trabalho e a educação profissional no Brasil. **Edu.Tec - Revista Científica Digital da Faetec**, ano I, v. 1, n. 01, 2008.

GRINSPUN, M. P. S. Z. (Org.). **Educação tecnológica: desafios e perspectivas**. São Paulo: Cortez, 2001.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Escassez de mão de obra qualificada no país: fatos e mitos**. 2013. Disponível em <<http://www.brasilmaior.mdic.gov.br/images/data/201306/da4baead2724e0468cdbc0de49ec08a4.pdf>> Acesso em: 2 set. 2013.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Censo da educação básica 2012**. Brasília, dez. 2012. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo>>. Acesso em: 15 ago. 2013.

MANFREDI, S. M. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MEC – Ministério da Educação. **Ministério da Educação**. s.d. Disponível em: <<http://www.portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 14 ago. 2013.

MEC – Ministério da Educação. **Políticas públicas para a educação profissional tecnológica: proposta em discussão**. Brasília: MEC/Setec, abr. 2004. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/p_publicas.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2012.

MEC – Ministério da Educação. **PROEJA**: Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Documento base. ago. 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/proeja_fundamental_ok.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2013.

MEC – Ministério da Educação. **Ofício circular nº 62/2011** – GAB/SETEC/MEC. Abertura de novas turmas do Programa Certific. Rede Certific. 28 jun. 2011. Disponível em: <<http://certific.mec.gov.br/images/stories/ofcio%20circular%20certific%202011.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2013.

MEC – Ministério da Educação. **Sinopse das ações do Ministério da Educação**. 2. ed. Brasília: MEC, set. 2012. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_banners&task=click&id=73>. Acesso em: 22 jul. 2013.

NOVA ERA PARA A EDUCAÇÃO. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 21 nov. 2013. Economia e Negócios, Caderno H, p. 1-8.

SANTOS, J. A. A trajetória da educação profissional. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (Orgs.) **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

SCHELLER, F. Produtividade baixa impede que Brasil cresça mais. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 10 de mar. de 2014. p. B12.

DADOS DOS AUTORES:

JÚLIO PENNA FEDRE

Aluno do Programa de Pós Graduação em Educação da
Pontifícia Universidade Católica de Campinas

ARTUR JOSÉ RENDA VITORINO

Docente do Programa de Pós Graduação em Educação da
Pontifícia Universidade Católica de Campinas
arturvitorino@puc-campinas.edu.br

Submetido em: 7-4-2014

Aceito em: 2-7-2014